



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 39

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte cinco pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta. -----
2. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2024. ---
3. Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência. --
4. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias. -----
5. Apreciação e votação da nomeação do representante da União de Freguesias na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto Ocidental. -----
6. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de dezembro de 2024 a 15 de março de 2025. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Gianpiero Freire de Zignoni, Hugo António dos Santos Silvestre, Ana Maria Miguéis Martins e Sá, Abel Rodrigues Magalhães e Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

Partido Socialista – Abílio Manuel Pacheco Rodrigues, Sandra Maria Ribeiro Mondim, José António Teixeira e Diogo Miguel Alves Duarte Bento. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes, Tiago João Peixoto Fonseca e António Miguel da Costa Cardoso Antunes. -----

Bloco de Esquerda – Miguel Albergaria Furtado Semedo e Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – Alice Micaela Correia de Sá e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui há Porto-RM – Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto substituído Hugo António dos Santos Silvestre e Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros, substituída por Ana Maria Miguéis Martins e Sá. -----

PS – António Fernando da Silva Oliveira, substituído por Abílio Manuel Pacheco Rodrigues e Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues, substituída por Diogo Miguel Alves Duarte Bento. -----

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista, substituído por Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes. -----

BE – Mário Augusto de Sousa Moutinho, substituído por Miguel Albergaria Furtado Semedo -----

CDU – João Duarte Gonçalves, substituído por Alice Micaela Correia de Sá. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto e Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros. -----

PS – António Fernando da Silva Oliveira, Érica Filipa Lisboa Fonseca Pacheco Rodrigues, Pedro Miguel Alves Moreira de Castro e Meneses, Palmira Rosa Pereira da Costa Barbosa e Alírio Machado Alves Coutinho. -----

PSD – Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

B.E. – Mário Augusto de Sousa Moutinho. -----

CDU – João Duarte Gonçalves, Ana Rosa Barbedo Gonçalves e Hugo Alexandre Lopes Ferro. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Rui Pedro da Silva Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e o Vogal: Augusto Artur Saldanha. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia Ordinária. Afirma que antes de ler o Edital, têm um pedido de substituição na Mesa, uma vez que a 2ª Secretária, não pode estar presente. E se ninguém se opuser, o Sr. Paulo Sá Pinto ocupa o referido lugar na Mesa. Como ninguém se opôs, solicita ao referido Deputado para preencher o lugar da D. Cristina de Medeiros. Com a Mesa completa, solicita ao 1º Secretário, a leitura do Edital. -----

Mário Praça (1º Sec. Assembleia) – Interveio para ler o Edital e de imediato procedeu à chamada dos presentes. Informa que neste momento estão 19 Deputados presentes. -----

Presidente da AF – Afirma que antes de entrarem na Ordem de Trabalhos, no período Antes da Ordem do Dia, tem o período do público. Antes de prosseguir, informa o Plenário sobre duas notas, do pedido de suspensão do Mandato de Fernando Oliveira e do pedido de suspensão de Mandato de Abílio Santos. Refere que transita da Assembleia anterior um Ponto que foi aditado e que será o último Ponto, ou seja, “Apreciação e votação do Aditamento ao Contrato de Cedência Temporária nº 303, celebrado com o Município do Porto, referente ao R/C do prédio sito na Rua de S. Pedro de Miragaia, nºs 10 e 12 e celebração de contrato de parceria com a Associação D.R.A.M.A.S.” Todos os Deputados já devem ter em sua posse, quer o documento, quer a Ata do Executivo. De seguida foi dada a palavra ao público, tendo-se inscrito o Sr. Ângelo Monteiro. -----

Ângelo Monteiro – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirma que foi com profunda surpresa e incredulidade que tanto ele como os restantes membros da Direcção da Associação Desportiva e Recreativa do Recife, a Direcção da Rádio Metropolitana do Porto, os seus associados, ouvintes, parceiros e seguidores, assistiram à última sessão desta Assembleia, marcada por afirmações que consideram graves, injustas e lesivas tanto para a sua Associação como para os seus dirigentes, inclusivamente, para a sua pessoa. A Rádio Metropolitana Porto nasceu num projecto a 12 de abril de 2017, como projeto cultural e



**União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.**

comunitário integrado no Departamento Cultural da Associação Desportiva e Recreativa do Recife. Colectividade com 25 anos de História, sediada na Freguesia de Ramalde, na bonita Cidade que ama muito, a Cidade do Porto. Embora os estúdios físicos desta Rádio se localizem actualmente na Freguesia de Paranhos, o projecto tem como missão, servir toda a comunidade portuense, tendo em foco, o Centro Histórico do Porto, onde colaboram activamente com várias Entidades e promovem uma comunicação próxima da população. Exemplo disso são as Escolas com quem têm Protocolos. A Rádio emite actualmente on line, encontra-se em fase de licenciamento para breve emissão em frequência local, o que irá permitir à nossa cidade, voltar a ter duas estações de rádio. Um exemplo claro do seu trabalho é o projecto “Freguesias em Festa” que valoriza tradições, associações e a vida cultural e em particular, desta União de Freguesias. Esta iniciativa chega não só ao público presente nos eventos de uma forma festiva, mas também a milhares de ouvintes em todo o mundo, seguem a emissão on line e nas várias plataformas digitais, sendo uma verdadeira montra desta União de Freguesias, com rigor, proximidade e espírito de serviço público. Na última Assembleia, declarações proferidas pelo Sr. Manuel Monteiro, actual Presidente da Associação de Moradores da Bouça e fundador, curiosamente, da Rádio Metropolitana Porto, suscitaram-lhes perplexidade. Ao contrário do que afirmou nesta Assembleia, teve ligação formal e ativa nesta Associação. Colaborou activamente com a Rádio Metropolitana Porto, integrou os seus Órgãos Sociais, exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Geral desta Associação, participou em programas, eventos e iniciativas, tendo pleno conhecimento do projecto. Mais, em 18 de janeiro deste ano, foi emitido um comunicado oficial, da Rádio Metropolitana Porto, publicado na sua página e redes sociais, onde todas as pessoas podem consultar, informando a exoneração deste Sr. Esta foi uma decisão unânime do Director de Informação, do Director de Conteúdos e também do Director Geral e não como veio aqui dizer por vontade própria. Esta exoneração deve-se a comportamentos que violavam os princípios fundamentais do seu Estatuto Editorial que foi aprovado pela Entidade Reguladora da Comunicação Social. Lamentam que o Sr. Manuel Monteiro confunda questões pessoais com assuntos institucionais e tenha utilizado uma Assembleia de Freguesia, espaço que não é o próprio para tentar atingir objectivos alheios ao interesse público e à competência deste Órgão. A referência foi um processo relativo à freguesia de Ramalde, diz respeito apenas a um lapso administrativo, de forma clara, já assumido e comunicado à respectiva Junta de Freguesia para rectificação. Este episódio aconteceu, aliás no passado dia 18 de janeiro e não diz respeito à União de Freguesias do Centro Histórico do Porto nem justifica do aproveitamento que dele foi feito. Quanto à Candidatura nesta Associação União de Freguesias, ela foi apresentada publicamente com o cumprimento integral de todos os requisitos legais e documentais. Levantar dúvidas fora de tempo e fora do contexto, configura, como se diz na gíria desportiva e permitam a expressão, um mau perder. Foi também afirmado que existira uma eventual queixa-crime contra esta Associação. O que podem afirmar com total clareza que até ao momento, não receberam qualquer notificação formal por parte das autoridades, não têm conhecimento de qualquer processo desta natureza, nunca foram contactados nem ouvidos por qualquer entidade judicial ou policial. Tais afirmações infundadas não lhes merecem quaisquer considerações adicionais, nem responderão no mesmo tom, pois os seus valores são diferentes dos da pessoa que aqui se pronunciou, embora se o desejassem, havia muito mais a dizer. Não pôde deixar de referir e para conhecimento geral que fez parte da Direcção da Associação de Moradores da Bouça até ao passado mês de março. Nessa altura apresentou formalmente a sua demissão, tal como o próprio Sr. Presidente da Assembleia Geral. Essa decisão foi rectificada e comunicada oficialmente aos Órgãos da Associação, bem como em Assembleia Geral. No seu caso, esta



decisão, para que possam ter esse conhecimento, deveu-se a discordâncias com a nomenclatura e organização directiva, entre outras questões internas. É particularmente lamentável constatar que uma Associação que nasceu para defender os valores de abril, não aplique hoje nos seus atos e funcionamento institucional. Sabem bem o que move o Sr. Manuel Monteiro e de onde parte esta tentativa de linchamento público da Associação que representa e do seu nome pessoal. Lamentam profundamente esta conduta que não honra o debate público nem respeita os princípios democráticos. Todavia, o Sr. Manuel Monteiro terá de responder nas instâncias próprias, nomeadamente nos Tribunais, onde os factos serão apurados e julgados conforme a lei. Termina reafirmando que lamentam que tenham procurado desvalorizar 26 projectos apresentados no Fundo de Apoio ao Associativismo nesta União de Freguesias, que são projectos, sem qualquer dúvida, credíveis, sólidos e apresentados pelas respectivas Associações, em favor de outro projeto, entenda-se, que não reunia os méritos necessários, para merecer a aprovação do Júri. Reafirmam, por fim, o compromisso com os cidadãos, mantendo a transparência, o respeito e a responsabilidade em todas as suas acções, a verdade com os valores da democracia com o respeito institucional. Estão de consciência tranquila e totalmente disponíveis para todos os esclarecimentos que as autoridades competentes possam vir a solicitar. -----

Presidente da Junta – Afirma que como Presidente desta Junta e pelo trabalho que se tem vindo a desenvolver entende por bem que quem não se sente não é filho de boa gente. Resolveu enviar um email ao Sr. Presidente do Executivo da Associação de Moradores da Bouça e que de imediato passou a citar: “Exmo. Senhor: Presidente do Executivo da Associação de Moradores da Bouça: Venho por este meio expressar o meu desagrado relativamente ao que aconteceu na Assembleia de 23 de abril. Como é do vosso conhecimento o Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense destina-se a apoiar projetos da nossa União de Freguesias com total de cerca de 150 mil euros, que se destinam a Instituições de Solidariedade, Coletividades, Associações de Moradores e Associações de Pais. Estes projetos têm como objetivo melhorar a vida de quem aqui vive, trabalha e visita a nossa comunidade. Foi com grande espanto que após os receber e de comunicar ao Júri as vossas preocupações, assistiu à tentativa de bloqueio do Relatório Final por parte da vossa Associação. Esta ação parece estar relacionada com o litígio entre a Associação de Moradores da Bouça, a Junta de Ramalde e o Sr. Ângelo Monteiro, da Associação do Recife. Colocar em causa todo um trabalho do Júri que nos últimos 3 anos elegeu a Associação de Moradores da Bouça e o Executivo da Junta de Freguesia do Centro Histórico que tem apoiado a vossa Associação, é algo que os deixa incrédulos. Nunca imaginamos que tal atitude pudesse ser tomada uma vez que é claramente mal-intencionada e coloca em risco a integridade do Júri, do Executivo da Junta e das candidaturas eleitas. O facto de existir uma queixa-crime contra o Sr. Ângelo Monteiro não justifica que o Júri exclua uma Associação que tem um número significativo de associados e que no último ano desenvolveu um projeto “Há Festas na Freguesia”, do qual o vosso Presidente, Sr. Manuel Monteiro, participou ativamente. Em nome da Junta de Freguesias do Centro Histórico do Porto, pede, apele, para que reflitam sobre a vossa posição e tentem encontrar um caminho que beneficie a nossa União de Freguesias, evitando decisões que possam prejudicá-la. Agradeço a vossa atenção. Espero que consigamos resolver esta situação de forma construtiva. Os meus melhores cumprimentos”, fim de citação. Isto foi o que se passou no dia 23/04/2025, nesta Assembleia e o Fundo de Apoio ao Associativismo foi carregado com um Orçamento próprio desta Junta de 30.000,00€ para apoiar 26 projetos que vão ter um impacto direto na nossa União de Freguesias que mereceu os votos contra da CDU e do PSD. Parece-lhes que é grave o que se passou na Assembleia do dia 23/04, parece que



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

não se pensa no bem da União de Freguesias, parece que não se prioriza todos os projetos que esta Freguesia tem vindo a desenvolver, através deste Fundo. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que vem intervir, mas não tinha intenção de o fazer, pois pretende esclarecer alguns aspetos que o Sr. Presidente arditosamente procura ocultar. Primeiro: O Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense foi criado por proposta da CDU. Nesse sentido sempre apoiaram, apesar de terem criticado e duramente a forma incorreta, na perspetiva da CDU, como foi conduzido o processo quando foi passado o processo para as Juntas de Freguesia, a organização do processo, mas têm mesmo assim votado favoravelmente apesar de todos os problemas que afligem este sistema, mas têm votado sempre favoravelmente. O que aqui se passou no dia 23/04, contudo a CDU votou contra, porque havia tempo para esclarecer aspetos que foram levantados, nomeadamente sobre o efeito ou não, de uma queixa que existiria, mas sobretudo de haver no próprio documento, a relação de incumprimento por parte do Júri, quer das orientações emanadas da Câmara Municipal quer do Código do Processamento Administrativo. Havia tempo para resolver a situação, não era preciso ir a correr para aprovar. Teriam tempo de hoje aprovar, pois estavam dentro do prazo que a Câmara estipulou. Informa que teria todo o gosto em aprovar depois de devidamente esclarecido e agora que ouviu o Sr. Presidente da Associação Recife, fica ligeiramente mais esclarecido, teriam todo o prazer de votar favoravelmente o processo se tivesse ocorrido mais esclarecimento. Lamentavelmente o Sr. Presidente não esteve aberto a essa possibilidade e quis insistir na votação e naturalmente a CDU não pactua com situações que são no mínimo duvidosas. -----

Presidente da AF – Como não se inscreveu mais ninguém para intervir, de imediato entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. Afirmou aos presentes que os documentos deveriam ter chegado com 48 horas de antecedência, mas existe uma explicação para o sucedido, porque na 2ª feira, dia 28/04/2025 foi muito difícil enviar, devido ao apagão de eletricidade ocorrido. -----

Vítor Vieira (CDU) – Aproveita para solicitar falar dos 2 documentos em simultâneo e para evitar prolongar esta reunião. Começou por apresentar uma Saudação ao 25 de abril que tem vários considerandos que são do conhecimento do público, destacaria deles o convite para que possam todos visitar o mural de azulejos que está na Estação da Trindade, oferta do PCP à Cidade do Porto, idêntico a um outro que foi oferecido à Cidade de Lisboa comemorando o 25 de abril e que foi criado coletivamente por mais de setecentas pessoas em cuja criação colaboraram cerca de mil pessoas para ficar um registo da participação coletiva naquilo que é um marco de abril. De seguida passou a ler o que efetivamente se iria votar, embora todo o documento fique anexo a esta Ata com o nº 1. De seguida informa que também tem para apresentar um Voto de Protesto que passou a ler, o qual fica anexo a esta Ata com o nº. 2, dirigido à Diocese do Porto, pelo facto de esta ter procedido a um contrato de permuta de prédios de que era proprietária em Miragaia e de um Bairro na zona das Eirinhas, Bomfim, e recomendando à Câmara que estude a possibilidade de exercer o direito de preferência nestes casos. -----

Presidente da AF – Afirmo que vão separar estes dois documentos, relativamente a Saudação do 25 de abril e ao 1º de Maio Dia Internacional do Trabalhador. Pergunta se alguém pretende intervir. -----

Sandra Mondim (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. O PS apenas vem aqui para solicitar à CDU que os permita acompanhar esta Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. -----

Presidente da AF – Perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas ninguém se

inscreveu para o fazer. Perguntou igualmente se alguém pretendia pronunciar-se, relativamente ao 2º documento que é o Voto de Protesto para se proceder à votação isoladamente. Ninguém mostrou interesse em intervir. De imediato foi colocada a votação o 1º Documento que é “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Em relação ao Voto de Protesto, colocado a votação, o mesmo obteve o seguinte resultado: 9 a favor, sendo 4 do PS, 2 da CDU; 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 6, do Aqui há Porto-RM. Abstenções: 4, do PSD. Este Voto de Protesto foi aprovado. De imediato entrou-se no período de intervenção das forças políticas, tendo-se inscrito a Deputada Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – A sua intervenção prende-se essencialmente com uma informação que o Sr. Presidente da Mesa há pouco referiu e que se trata do seguinte: Esta semana apresentou um pedido de suspensão do mandato, o Deputado do PS, Abílio Santos. Quem anda nos meandros da política autárquica, conhece bem a pessoa e o percurso do Abílio Santos, que há mais de 30 anos exerce funções quer ligadas à extinta Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, onde se encontram, quer na Assembleia Municipal, quer nos últimos 3 mandatos que correspondem igualmente à atual União de Freguesias. Teve a oportunidade desde 2017 de partilhar a Bancada com ele, cerca de 8 anos, acordos e desacordos de opinião, mas sobretudo muito respeito, estima e amizade. O Abílio Santos é a pessoa a quem se habituou a fazer perguntas, a tirar certas dúvidas e muitas vezes era com quem discutia as primeiras impressões do que se ia passando na Assembleia de Freguesia quando estavam presentes normalmente, estava ao seu lado. É uma pessoa sempre disponível nesta Assembleia de Freguesia e o exemplo disso foi a sua participação na elaboração do atual Regimento desta Assembleia de Freguesia, quer no anterior Mandato, da forma que lhes foi possível trabalhar, quer no atual Mandato, fazendo parte de um grupo de trabalho em que ela própria também participou. É também pelo conhecimento dele, muito melhor que o seu, por exemplo, no que diz respeito a contas, como as de hoje que vão ser apreciadas e votadas, que hoje de tarde nem exitei em falar com ele sobre o Relatório em apreciação e espera falar com ele muitas mais vezes, as que forem necessárias, para tirar dúvidas e não só. No entanto, neste momento, prevê que não possa voltar a ter o seu camarada Abílio Santos por cá, sobretudo porque a saúde, infelizmente, tem-lhe pregado muitas partidas. Não queria deixar de passar esta oportunidade de lhe deixar estas palavras até porque imagina que ele esteja a ver através da transmissão online e se assim é quer-lhe dizer que teve muito gosto em trabalhar com ele nesta Assembleia de Freguesia. Agradece-lhe o apoio que sempre lhe deu e os conhecimentos que com ele adquiriu. Sabe que se vão continuar a encontrar nas atividades do Partido Socialista. Está certa de que os seus camaradas de Bancada a acompanham nestas palavras, mas é sobretudo em seu nome que faz esta intervenção. Agradece a entrega e dedicação do Deputado e seu camarada Abílio Santos nesta Assembleia de Freguesia. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e revê-se em muitas das palavras que acabou de proferir e um especial agradecimento ao Sr. Abílio Santos. Teve oportunidade de lhe enviar um email a agradecer isso mesmo. -----

Tiago Fonseca (PSD) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes e utilizar este espaço para levantar uma questão ao Presidente da Junta relativamente ao ponto da situação da candidatura ao PRR do edifício do Largo de São João Novo. Pensa que já foi feita a candidatura. Gostaria de saber se neste momento já existe algum resultado, datas previstas, toda a informação que seja útil transmitir à Assembleia. -----

Presidente da Junta - Informa que no dia anterior usou da palavra na Assembleia Municipal e afirmou que esta União de Freguesias, foi a única Freguesia da Cidade que concorreu ao PRR



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

com duas candidaturas, mas não obtiveram resposta e não foram eleitos. Receberam um email da vendedora desse imóvel a informar que iria colocar o imóvel à venda, porque o tempo do Contrato Promessa, já ia bastante fora do prazo estipulado. A Junta de Freguesia lamenta não ter Orçamento, lamenta que o HIRU não responda e provavelmente vão enviar dinheiro embora. A Junta fez o que tinha a fazer, a União de Freguesias fez exatamente o que tinha de fazer, que era tentar ir buscar dinheiro ao PRR para aumentar a oferta de habitação. Mas infelizmente não têm orçamento próprio para isso e não foram eleitos. Se não tivessem feito é que estava mal. -----

Presidente da AF - Como não houve mais inscrições, entrou-se no Período da Ordem do Dia, no Ponto 1 da O.T. "Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta". -----

Presidente da Junta – Informa que mantém a posição, propõe o Sr. Abel Magalhães para subir ao Executivo. -----

Miguel Semedo (BE) – Pediram esta intervenção à Mesa e lamentam ter de o fazer, mas tem de ser. Querem sublinhar que pelo menos é a terceira ou quarta vez (e solicita que o corrijam se estiver enganado no número) que o Presidente da Junta apresenta exatamente a mesma proposta, sempre rejeitada por esta Assembleia, por desvirtuar a representatividade popular e não estar associada a nenhuma proposta política, clara e transparente. Novamente o Sr. Presidente apresenta a proposta, apresenta este nome sem nenhuma justificação, com nenhuma argumentação, nada sobre o critério político para esta proposta. Uma proposta que deveria ser uma função primária mínima de um Presidente do Executivo conseguir constituir um Executivo, é tão simples quanto isso. Já passaram vários meses, várias Assembleias em que este Presidente não consegue substituir um Vogal ausente e apresenta a mesma proposta, sabendo que a mesma será rejeitada pela Assembleia, porque já foi rejeitada repetida e sucessivamente. Podem apenas concluir que das duas, uma: ou o Presidente não consegue, não sabe constituir um Executivo da Junta ou o Presidente não quer resolver este problema, nem constituir um Executivo que tenha as mínimas possibilidades de ser aprovado pela Assembleia. O Presidente não consegue ou não quer. Ambas as hipóteses são graves, como qualquer pessoa consegue imaginar. Em qualquer destas duas hipóteses, ou não saber ou não querer, esta votação novamente repetida, apresentada da mesma forma de vazio político, não passa de uma farsa. Parece até que como o Presidente não quer resolver este problema, apresenta esta proposta, falhada à partida, para fingir que está a tentar resolver o problema. Desta forma implica esta Assembleia num problema e numa função que é dele. Parece que está a gozar com esta Assembleia. Informa todos os presentes e os Membros desta Assembleia que o B.E. não quer compactuar mais com esta farsa. Por isso e em protesto com esta atitude antidemocrática e provavelmente irregular do Sr. Presidente da Junta não participam na votação de hoje. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar que existem duas coisas, uma delas é a educação que é facultativo. O respeito pela União de Freguesias que o elegeu Presidente. O Sr. Deputado Vir aqui e dirigir-se "este Presidente". É o Sr. Presidente. É facultativo, porque o Sr. pode ser educado ou não. Aproveita para lhe lembrar que estão num país democrático, que a Democracia lhe concede o direito de escolher para o seu Executivo quem ele pretende. Os Srs. têm o direito nesta Assembleia de votar sim ou branco. Isso é democracia porque estão em Portugal, num Estado de Direito, não estão em Cuba. O Sr. Deputado, por favor, no que diz respeito à Educação, pode ser ou não ser educado. Agora cumprir a democracia e respeitar as suas decisões, tem de as fazer. O Sr. tem o direito de votar sim ou em branco. -----

Vítor Vieira (CDU) - Afirma que ficam a saber que o Sr. Presidente da Junta não conhece o Sistema Eleitoral de Cuba, mas acha que conhece. Mais uma vez a CDU não irá participar nesta votação aberrante, sendo esta a décima segunda vez em que é apresentada uma proposta do Sr. Presidente da Junta, para eleger um sétimo elemento do seu grupo para o Executivo, apesar de apenas ter recebido seis mandatos em 2021, assim procurando esse grupo novamente ganhar na secretaria um mandato que os eleitores lhe recusaram em setembro de 2021 quando perdeu um terço da votação recebida em 2017 e em 2013. As onze propostas anteriores sempre receberam seis votos num universo de dezanove, o que não permite a eleição. Como já foi dito há que aplicar o raciocínio vertido em 2021 pela CCDRN e em Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de janeiro de 2023 que quem só obteve seis eleitos, não pode ter sete mandatos. Afirma que prescinde ler o resto da Declaração de Voto, mas deixa uma pergunta à Mesa. Pretenderia saber se o Sr. Presidente da Junta já lhe entregou as faltas dadas pela Vogal que carece de substituição, por ter renunciado ao mandato e nunca mais ter aparecido. Intervenção na íntegra fica anexada a esta ata como o anexo nº 3 -----

Presidente da AF – Informa o Sr. Deputado que ainda não chegaram à Mesa. De seguida informa que vão de imediato passar à votação do Ponto 1 da O.T. “Eleição de um Vogal da Junta de Freguesia, mediante proposta do Presidente da Junta”, cujo resultado foi o seguinte: 11 Votos Brancos; 4 a Favor. A CDU e o BE não votaram este Ponto da O.T. o que corresponde a 4 votos. Não foi aprovado a eleição do Membro da Assembleia para o Executivo da Junta. De seguida informa o Plenário que o PSD solicitou à Mesa a interrupção dos Trabalhos pelo período de 5 minutos, o qual foi aceite. Após o reinício dos Trabalhos entrou-se no Ponto 2 da O.T. “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2024”.-----

Presidente da Junta – Interveio para Falar um pouco sobre o Orçamento 2024, aumentaram as respostas do ATL de pontas, alargaram as respostas aos alunos do Conservatório de Música do Porto, do 5º ano do Rodrigues de Freitas, aumentaram o nº de alunos de 44 para 140 enquanto reduziam os preços da mensalidade de 85,00€ para os 65,00€. Abriram uma Sala de Estudo para alunos do 5º ao 9º ano, para apoio a português, inglês e matemática, com cerca de 35 alunos inscritos a pagar 45,00€ por mês. Aumentaram a proximidade com os Sêniores da Freguesia, promovendo diversos eventos, onde possam sair de casa, socializar e falar dos seus problemas com a Junta. Têm aulas de Zumba, Tai-Chi e Dança para Todos, promovem a festa do aluno, um verdadeiro parque aquático no centro do Porto, a Gala do Desporto, o Concerto de Natal, levam os Sêniores ao teatro, promovendo a Cultura e a História da nossa União de Freguesias. Têm cumprido a tempo e horas com o Município do Porto na Delegação de Competências do Orçamento Colaborativo e do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, o qual este ano, foi a única Junta na Cidade que reforçou estas duas linhas de apoio com 50.000,00€ de orçamento próprio. Bateram o recorde de candidaturas recebidas e eleitas. Demonstraram uma enorme responsabilidade e proximidade com a nossa União de Freguesias. Compraram computadores novos para todos os serviços para garantir um melhor funcionamento da Junta e melhorar a resposta. Colocaram janelas novas nos dois pisos do edifício da Junta em Gonçalo Cristóvão apostando na eficiência energética, para melhorar as condições de quem ali trabalha e de quem visita. Apresentaram duas candidaturas ao PRR para promover mais habitação, mas até agora não tiveram sorte e não foram eleitos. Numa experiência piloto colocaram torniquetes no Sanitário em frente à Torre dos Clérigos que permitirá abrir aos fins de semana. O Fundo de Apoio de Emergência Social, têm apoiado todos os pedidos de ajuda que são encaminhados pelas Técnicas Sociais. Pagaram todas as dívidas desta União de Freguesias e para além de terem promovido todas estas respostas este ano,



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

têm um Saldo de Gerência no valor de 210.000,00€. Este saldo faz parte do objetivo deste Executivo que se propõe aumentar o Orçamento com o objetivo de desenvolver algumas obras como a Creche do Miminho e o Museu do Centro Histórico do Porto, no edifício de São Nicolau. Falar do Miminho é uma Creche que esta União de Freguesias tem na estação Lapa, mas que neste momento não funciona como Creche, porque não tem os critérios de segurança, exigidos pela Segurança Social. Nesse sentido, o terreno é municipal. Desta forma presto contas a esta Assembleia e em quem confiou na sua pessoa para esta missão. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que quer dar uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente que está bem disposto e até achar que brinca. Estão a falar do Relatório de Contas de 2024. Não compreendeu muito bem porque é que o Sr. Presidente fala de coisas que anuncia para 2025. Vamos aguardar se serão realizadas ou não. Entende que este documento está interessante e merece a seguinte apreciação: De imediato faz leitura do Documento sobre Prestação de Contas, o qual fica anexo a esta Ata com o nº 4, referindo que não é possível levar a sério um documento que nas primeiras 22 páginas parece um mero resumo das informações periódicas, que esquece a questão do imóvel do Largo de São João Novo, um “Relatório de Gestão” muito palavroso mas que na verdade diz pouco, embora demonstre que se fez também pouco, referindo uma Receita de Capital em que se previa arrecadar 136.500€ e afinal se arrecada zero, diz não entender que o Saldo de Gerência suba para 212 mil euros, que poderiam ter sido aplicados, e não foram, e a falta da habitual Certidão da verba transferida da CMP. Regista que o nível de execução do Plano de Atividades em 2024 é inferior a um terço do previsto, e muito por força da participação na obra geral de conservação levada a efeito pelo condomínio onde se encontra a sede administrativa. Lembrou que dos 18 pedidos de informação que a CDU apresentou desde meados de 2023 só 4 foram respondidos. Reconhece que o tratamento de favor recebido da atual maioria municipal, nomeadamente com a “invenção” de receitas que nunca haviam existido, aliado a uma intervenção muito mediatizada, mas pouco realizadora, permitiu equilibrar as más contas que anteriores executivos da mesma e de outras forças políticas haviam deixado; mas globalmente a CDU fazia uma apreciação negativa e votaria contra.-----

Presidente da Junta – Interveio para dizer ao Sr. Deputado da CDU que recentemente viu uma manifestação sobre o tema da Habitação e viu o Sr. Vítor Vieira na frente da referida manifestação e a dizer o seguinte e passou a citar: “Que a bandeira do Largo São João Novo”, fim de citação. A Junta de Freguesia orgulha-se dessa bandeira pois foi a única da cidade que fez tudo por tudo para promover a habitação. Aquela habitação que o Sr. Deputado anda nas manifestações, mas que aqui na Assembleia de Freguesia votou contra. Votou contra a Proposta de a Junta se candidatar ao PRR. É uma contradição da CDU, mas estão habituadas a tantas que é andar numa manifestação em prol da habitação e depois aqui na Assembleia de Freguesia, quando a Junta apresenta uma Proposta para concorrer ao PRR, a CDU vota contra. Vir posteriormente dizerem que a Junta não fez nada porque não foram eleitos. Quantos aos 210.000,00€ do Saldo de Gerência, é objetivo desta Junta de Freguesia é conseguir construir um Orçamento que lhes permita fazer obras no edifício de São Nicolau, colocar um elevador, trocar as janelas que estão todas a cair. Pergunta se sabe qual é o orçamento que têm para a colocação de um elevador e dois andares no edifício de São Nicolau? São 250.000,00€. Acha que a Junta tem dinheiro? Não, têm de continuar a trabalhar com uma gestão séria e transparente como se tem feito. Quando o Sr. Deputado refere sobre a reabilitação das janelas, que é a sede. Reabilitaram o prédio de São Bento da Vitória em que os moradores se queixavam de infiltrações de água. Fizeram obras de envergadura no telhado, paredes, janelas, tudo, para melhoria dos moradores. O Sr. pode ir lá ir falar com os moradores, porque até

seria bom o Sr. ter conhecimento. -----

Nuno Rodrigo (PSD) – Afirma que o PSD ao analisar aquela que foi a atividade desta União de Freguesias não pode deixar de manifestar algumas dúvidas que gostariam de ver aqui esclarecidas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias. A primeira pergunta ao Sr. Presidente da União de Freguesias é a seguinte: O Relatório de Atividades e as demonstrações orçamentais são dois elementos conexos, pois um não está refletido no outro. A segunda e já aqui foi mencionada pelo PSD no passado e que voltam a insistir, está a haver uma confusão entre aquelas que são as atividades promovidas pela União de Freguesias e aquelas que são desenvolvidas por Entidades que concorrem ao Fundo de Apoio ao Associativismo e ao Orçamento Colaborativo. Aqui defendem, como dizia um célebre autor do Sé. XX e passou a citar: “O seu a seu dono”, fim de citação, mas estas atividades não são mérito desta União de Freguesias, mas sim de Entidades, Associações e pessoas que beneficiaram de um apoio para realizar de tais atividades. A terceira e como foi perguntado no início desta Assembleia, ao Sr. Presidente, no âmbito da candidatura ao PRR para Habitação, não existe qualquer referência neste Relatório de Atividades e que o Sr. Presidente referiu que não irá para a frente, vêm perguntar o porquê dessa informação não estar presente nem incluída neste documento. Lembra que esta foi uma das bandeiras deste Executivo e que os motivos da sua não execução, deve constar na prestação de contas. Quarto: Na rubrica “Aquisição de Serviços”, estão orçamentados 208.000,00€. Esta rubrica foi reforçada em cerca de 45.000,00€, nomeadamente com despesas em encargos com as instalações no valor de 16.000,00€. Pergunta que despesas foram estas. Também houve um aumento de 15.000,00€ “Estudos e Pareceres”, em 50.000,00€ no global em “Estudos e Pareceres” e 7.000,00€ em trabalhos especializados. Que trabalhos foram realizados? Quinta: Na rubrica da Administração Autárquica, têm um aumento de 103.000,00€ com 20.000,00€ em “Outras”. Que “Outras” são estas? Um aumento de 69.000,00€ no Plano de Atividades e a que se deu este aumento tão significativo? Que atividades se realizaram para fazerem subir tanto os gastos orçamentais. Será importante, por fim, perceber se isto foi falta de planeamento orçamental ou se se deve a mais alguma coisa que fez com que houvesse necessidade de aumentar os gastos com algumas rubricas. O PSD respeita, mas pretendem que o Sr. Presidente esclareça. -----

Presidente da Junta – Interveio para esclarecer o Sr. Deputado de que as atividades antes de serem desenvolvidas e antes de ir ao Fundo de Apoio Ao Associativismo e ao Colaborativo, em primeiro reforçaram em 50.000,00€. Ou seja, se elas vão buscar essas linhas de apoio também vêm buscar ao Orçamento da Junta. Para exemplar refere o seguinte: Arrancaram com as aulas de Tai Chi no orçamento da Junta. Depois propuseram ao Mestre candidatar-se. A Junta avançou um ano com a Zumba, no orçamento da Junta e isso faz parte de uma boa gestão. Começam a responder à Junta e depois passam para as linhas de apoio que foram reforçadas pela Junta. São sempre atividades apoiadas pela Junta. Contratam os professores e as atividades são desenvolvidas por eles, mas as ideias e promoção da Junta. Uma boa gestão é que ao fim de algum tempo deixar de sair do bolso da autarquia e como têm duas linhas de apoio que entende que deve ser exatamente as linhas de apoio corretas porque têm um Júri para decidir, encaminham as pessoas para lá se candidatarem. Por isso é que pegaram em 50.000,00€ e foi reforçada. Entendem que é a maneira correta de entregar num Júri a decisão. Podia muito bem pegar nessa verba e não o encaixar no Orçamento Colaborativo. Poderia dizer que iria apoiar determinadas Associações, mas não o fizeram. Pela transparência colocaram no Fundo de Apoio ao Associativismo, porque existe um Júri, que é isento que trabalha muito bem e é esta a forma correta de estar na vida. Quanto ao PRR as candidaturas continuam a lá estar. Se houver alteração do Governo e como neste momento está em gestão



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

pois infelizmente estamos sempre em eleições. Aproveita para informar que as Eleições, só em hora extras, são quase cinco mil euros por cada eleição. Neste último ano foram duas eleições. No que diz respeito ao PRR continuam ativas se houver uma alteração qualquer, podem sempre concretizar.

Nuno Rodrigo (PSD) – Interveio para dizer que fez algumas perguntas sobre determinada rubricas, mas não foi esclarecido. Mas para facilitar o trabalho do Sr. Presidente, ele pode fazer por escrito e depois o Sr. Presidente responde também por escrito, tendo neste momento o Sr. Presidente solicitado que as fizesse e ele responderia. De imediato faz as seguintes perguntas: Na rubrica de “Aquisição de serviços”, estava orçamentada cerca de 208.000,00€, foi reforçada em cerca de 45.000,00€, nomeadamente com despesas relacionadas com Encargos com as Instalações e 16.000,00€. Em que é que foram gastos. Também houve um aumento de 15.000,00€ em “Estudos e Pareceres”. Pretende saber que estudos são estes e 50.000,00€ em “Estudos e Pareceres” no global. Que estudos são esses. Também 7.000,00€ em trabalhos especializados. Que trabalhos especializados são estes? Na rubrica de despesa da “Administração Autárquica” tem um aumento de 103.000,00€ com 20.000,00€ em “Outras”. Que “Outras” são estas? Por fim, existe um aumento de 109.000,00€ no Plano de Atividades. Pergunta a que se deve este tão elevado aumento.

Presidente da Junta – Afirma que vai começar pela última, que é o aumento das Atividades. Tiveram um aumento grande de respostas e de atividades. Isso é claro. Entende que essa pergunta está automaticamente respondida. “Outras”, situações como o Mercado São Sebastião, a restituição do dinheiro à CMP entra nesta rubrica. Na rubrica “Estudos e Pareceres”, é para jurista e contabilista. A Aquisição de Património foi a compra do torniquete que reforçaram. Só o torniquete do Sanitário da Torre dos Clérigos, custou 10.000,00€. Têm também serviço especializado, são as pessoas contratadas para o ATL-Pontas a recibos verdes.

Natacha Meunier (PAN) - Relativamente a este Ponto começa por dizer que o primeiro mandato que lhe foi atribuído para estar nesta Assembleia de Freguesia, foi-lhe apresentado um cenário bastante desafiante daquele que tinha sido o último mandato decorrido nesta Junta de Freguesia que a deixou com um PAN – pano de fundo traçado bastante caricato. Contudo ao longo deste mandato e olhando aqui para esta prestação de contas, já como uma espécie de balanço destes quase 4 anos deste Executivo, tem a ressaltar o elemento que foi positivo que não poderia piorar muito daquilo que percebeu quer já estava e que felizmente não piorou, relativamente às contas que foram sendo apresentadas. Entende que ainda há muito para melhorar, mas também entende que será aqui, da concordância geral, que foram dados alguns passos relativamente àquilo que era o cenário do mandato anterior, pois não esteve para presenciar, só pode saber pelo que lhe foi transmitido. Esta é a nota positiva que tem a dar sobre isto. Tem efetivamente de fazer alguns reparos e algumas questões que não pode deixar de apontar, nomeadamente e já foi falado aqui das atividades que esta Junta de Freguesia executou ao longo deste último ano, inclusivamente o Deputado do PSD levantou a questão no facto de serem apresentadas atividades que foram executadas não a cargo deste Executivo, mas sim por Associações ou Projetos que possam ter sido apoiados, mas efetivamente no Relatório de Atividades que é apresentado apenas contabilizaram ao longo do ano 19 atividades desenvolvidas a cargo desta Junta de Freguesia e algumas aqui com algum hiato entre elas, nomeadamente, por exemplo, ter uma atividade no dia 22 de setembro e só depois a 30 de novembro volta a ter uma atividade, elaborada, conduzida e organizada em pleno por esta Junta de Freguesia. Como sabem, muitas destas atividades são direcionadas a uma população, mais idosa, mais só, muitas vezes se sustentam também nestas atividades para a interação social e para a inclusão social. Portanto está aqui também o Executivo a



refletir sobre o Plano de Atividades que realiza a seu cargo, de forma a também aqui promover uma maior inclusão intersocial, sobretudo nas camadas mais idosas da população. Não podem deixar de reparar e foi hábito ao longo dos relatórios que foram chegando e até na informação trimestral, que a Habitação é a grande bandeira vermelha que afeta o Centro Histórico do Porto pois ocupa o maior volume de atendimentos das Assistentes Sociais que aqui desempenham as suas funções. Por esse motivo, gostaria de instar o Executivo e a convidar que lhes trouxesse a sua reflexão sobre qual foi o seu papel ao longo destes quase 4 anos de mandato numa Junta de Freguesia que viu o preço média de vendas das suas casas e estes dados são para o Centro Histórico aumentar de 3.366,00€/m² em 2020 para 4.332.00/m² em 2025, para venda e para arrendamento, cerca de 11,80€ do metro quadrado em 2020 para 20,6€ em 2025. Esta foi a Freguesia em todo o país que registou alguns dos maiores aumentos a nível de habitação. Quando nos fala em ter um papel ativo sobre a Habitação, parece-lhes que ficou muito aquém daquilo que poderia ter sido feito e principalmente sustentar com um plano de intervenção da aquisição da habitação na aquisição de um edifício, parece-lhes ser uma solução muito pouco eficaz para mitigar um problema tão grave que afeta tanto e que se calhar a maioria dos fregueses e das freguesas desta União de Freguesias, nomeadamente através de algumas opções que propuseram no seu Direito de Oposição como e gostaria de perceber porque é que isto não foi feito, pois até podia ser uma mais valia. A divulgação de Programas “Casa Reparada, Vida Melhorada” que também instaram o Sr. Presidente a trazer uma maior divulgação e um maior esforço a divulgar esta opção que a CMP criou à população da Freguesia. Não viram qualquer comunicação deste programa nem qualquer divulgação do mesmo ao longo destes anos por parte da Junta de Freguesia, como a criação de um Gabinete de Apoio, como a criação de Formações para aumentar a eficiência energética nas casas. Havia uma série de propostas que trouxeram no momento oportuno, que não viram ser realizadas. Aproveitou para falar também daquilo que é o panorama geral da intervenção deste Executivo, nomeadamente, apesar de as contas lhes parecerem melhores, parece-lhes que também a atuação se baseia em velhos costumes. Não lhes parece haver aqui um compromisso com o progresso, com a inclusão, nomeadamente de comunidades sub-representadas. Gostariam de saber, por exemplo, que atividades realizaram ou que planearam realizar para a integração de populações imigrantes que aumentou cerca de 34% nesta União de Freguesias nos últimos anos. Na última Assembleia esteve presente uma Associação que teve uma cedência de espaço, mas parece-lhes um ato um pouco isolado que lhe falta um plano delineado para a integração das comunidades imigrantes, nomeadamente aqui no Centro Histórico. Relativamente à cedência de espaços e que são apresentadas no Ponto 12, só têm acessos a umas tabelas de cedência do mesmo. Gostariam muito de saber qual foi o trabalho das Associações, dos Projetos cujo espaço foi cedido pela Junta de Freguesia e qual foi o impacto do trabalho destas Instituições na Freguesia, que justificasse e continue a justificar estas cedências de espaços. Entendem que seria informação valiosa para eles, enquanto Membros da Assembleia, poderem avaliar, aquilo que foi o trabalho e esta prestação de contas ao longo de 2024. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Sra. Deputada e as palavras que referiu de melhoria relativamente a este Mandato e aproveita para sublinhar que se deve aos membros desta Assembleia. -----

Presidente da Junta - Informa a Sr^a Deputada que quando fala em Atividades, ele fica preocupado se os Srs. contam que uma Sala de Estudo para alunos do 5º ao 9º ano de cada vez que vai lá o professor de português, de inglês ou de matemática, conta como uma atividade, se os Srs. Deputados lhe dizem que só se fazem atividades direcionadas a uma faixa etária.



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Aproveitar para relembrar aos Srs. Membros da Assembleia que passaram de 44 crianças para 140. Estão a dar resposta a 140 famílias no Centro Histórico do Porto, na situação de ATL'S. Nas paragens letivas, têm os ATL'S completos. A Sala de Estudo tem 35 crianças com aulas de três disciplinas mencionadas anteriormente. Existem as Aulas de Zumba, de Dança para Todos e Tai Chi, completamente cheias de participantes, pois não tem limite de idade. A Peregrinação ao Santuário de Fátima, não teve limite de idade. Afirma que está admirado com a Sr^a Deputada pois não fala no Gabinete Animal, que é do Partido do PAN. A Junta de Freguesia criou um Gabinete Animal que tem mediado e ajudado a contactar as pessoas que têm os animais inscritos na Junta, promover que venham cumprir a lei e inscrever. Lançaram recentemente para o dia 30 de maio e vão ter um instrutor a dar um curso a quem tiver o seu cão inscrito na Junta, gratuitamente, de Primeiros Socorros para animais. Este é o primeiro de seis cursos que se vão dar para os donos dos animais. Também se preocupam com os animais, não é só o PAN. Na habitação têm feito um trabalho sério, têm apoiado as pessoas que muitas vezes sofrem assédio imobiliário por parte dos senhorios, pessoas que estão protegidas por lei. Tem de agradecer muito à Dr.^a Alexandra Cachucho da Associação de Inquilinos que tem feito, sem dúvida, um trabalho com esta Junta fantástico. Tinham uma Sr^a que tinha um Processo em Tribunal sobre uma Ordem de Despejo. A Sr^a estava protegida pela lei, a Dr.^a Alexandra Cachucho pro bono meteu uma providência cautelar e ganharam. Têm acompanhado todas as pessoas que precisam de ajuda para obter casa, seja em habitação social, seja em rendas acessíveis. Reúnem com as pessoas, indicam os melhores caminhos mediante os seus rendimentos para poderem tentar uma solução. Compreende o que a Sr^a Deputada afirma sobre o valor das casas. O valor sobe mediante a procura e a oferta. Se os valores sobem é porque existe quem pague e esta União de Freguesias se contabilizar o nº de atestados de residência que foram pedidos por imigrantes, nestes últimos dois ou três anos, aumentaram a população residente na União de Freguesias em cerca de 25 mil pessoas. Têm apoiado as Associações de Imigrantes e dá o exemplo daquela célebre ação religiosa que é feita na Estação do Metro da Trindade, foi apoiada e organizada pela Junta e com os primeiros pedidos à Metro do Porto feita pela Junta de Freguesia. Recentemente cederam um espaço para uma Associação de Imigrantes da América Latina, com o objetivo de apoiar quem aqui chega. O caso da Sr^a Deputada não ver a Junta a partilhar informação, não quer dizer que ela não tenha sido partilhada. -----

Miguel Semedo (BE) - Afirma que sobre os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2024 (tanto o Relatório de Atividades como o Relatório de Gestão), apesar do Relatório de Atividades continuar bastante limitado na componente de interpretação e avaliação política gostariam de constatar que a apresentação do Relatório de Gestão apresenta uma maior clareza do que em anos anteriores. Já tinha ocorrido uma melhoria no ano passado, que se repete este ano e quer se aproxima dos padrões mínimos da Administração Pública. Querem salientar essa melhoria e querem congratular o Executivo e os serviços por essa melhoria. Quer só fazer alguns comentários, primeiro sobre o Relatório de Atividades, seguida sobre o Relatório de Gestão, propriamente ditos. Ficam também felizes por verem finalmente o Sr. Presidente, tanto aqui hoje, como no Relatório de Atividades reconhecer a urgência do problema da Habitação, do assédio imobiliário e problemas adjacentes, problemas que o BE e outras forças políticas que já trazem aqui há anos e que parece agora ter eco no Executivo. Ficam contentes por isso. Continuam infelizmente a não incorporação de propostas do BE, algumas delas aprovadas nesta Assembleia de Freguesia nomeadamente a criação de um gabinete de apoio ao Cuidador Informal que lamentam e acham uma urgência nos dias que correm. Relativamente a questões específicas, no Ponto 7 do Relatório de Atividades, na

questão das Ocorrências, apresentam-se uma série de ocorrências. Não se percebe, parece que foi responsabilidade da Junta a limpeza de Graffitis, a reparação da iluminação, a reparação de pavimento. Pergunta se foi mesmo da responsabilidade da Junta essa reparação ou não. De quem foi? Se não foi o caso, não deve estar no Relatório de Atividades da Junta. No Ponto 11, "Cedência de Espaços, tem duas perguntas a fazer: A tabela de Cedência de Espaços não apresenta nenhuma cedência de espaços na antiga Freguesia de Cedofeita, não sabem se houve ou não. É só um pedido de esclarecimento. Pretendia saber se não houve ou se houve uma falha na tabela. Segundo: Há também uma cedência de espaços em Miragaia, em que aparece o Rancho Douro Litoral, na Calçada das Virtudes, com uma pequena nota e só tem esta nota, que é até ao dia 25/10/2024. Pergunta o porquê, se o espaço já deixou ou não de estar cedido ao referido Rancho. Relativamente ao Relatório de Gestão, apenas duas perguntas: Há o total de receitas que é inferior ao orçamentado em cerca de 150.000,00€ que corresponde à não concretização da venda do edifício à CMP de 105.000,00€ e a um menor volume de receita de taxas, de cerca de 45.000,00€. Que edifício não foi vendido e porquê, pois não encontrou a justificação e gostaria que apresentasse essa justificação. A segunda pergunta é porque é que houve uma redução de 45.000,00€ de receita em taxas. -----

Presidente da Junta – Afirma que não sabe se o edifício referido pelo Sr. Deputado é o do Largo Tito Fontes. Se era para ser vendido à Câmara, desconhece. O que a Junta tinha de oferta de 105.000,00€ era do Largo Tito Fontes. Mas quando a Junta se candidatou ao PRR para recuperar, retiraram-no. A venda deixou de fazer efeito. Qualquer venda tem de vir à Assembleia de Freguesia. Estão a falar de uma possível receita de 105.000,00€. Era o edifício aqui ao lado. Se tivesse vindo à Assembleia, tinha de estar orçamentado. Candidataram-se ao PRR, iam reabilitar o edifício e iam ficar com ele. Quando refere o Gabinete das Ocorrências é verdade que não fomos nós que tivemos a atividade de ir lá deservar ou ir lá arranjar a luz. Foram os funcionários da Junta que fizeram alguma coisa. Fizeram um email para os serviços municipais a solicitar para que isso acontecesse. Se os Srs. Deputados lhe quiserem dizer que este Gabinete das Ocorrências, se não foi uma mais-valia para os moradores e para a União de Freguesias, claro que foi. Afirma que todas as pessoas estão contentes com isto, porque basta um WhatsApp, as coisas aparecem feitas e resolvidas. A Junta de Cedofeita não tem cedências de espaços, porque os não têm. Quanto ao Rancho Douro Litoral, o seu processo de Despejo foi efetuado. Lamenta imenso, pois era uma Associação com História Cultural enorme. Só que há cinco anos para cá, acabaram com o Rancho. Foi chamado o Sr. Presidente aqui, numa tentativa de reativar o Rancho para lhe ser dito que precisavam de o reativar. Foi-lhe perguntado se precisava de ajuda, de um ensaiador ou do que achassem ser preciso, mas ele não quis. Receberam uns baixos assinados de 30 ou 40 moradores, a queixarem-se que era um centro de droga, até às 3.00h e 4.00h da manhã, com música muito alta. Estiveram nesta Assembleia duas senhoras moradoras, em que uma delas acabou por ficar viúva devido ao falecimento do marido por motivo de doença prolongada, morava por cima do Rancho e sofreu bastante. Esta Junta de Freguesia entendeu que não estavam a servir a população, não estavam a usar o espaço para interesse público e deram andamento ao processo. Quanto à redução de Taxas elas diminuem efetivamente pela não prestação de serviço. Se a taxa está associada a um serviço, se houve uma redução de taxas é porque houve redução de serviços. Informa que sabe que da parte dos atestados é um disparate. A quantidade de atestados de residência que muitas vezes se passavam, baixaram, tendo o mesmo acontecido com os canídeos e outras situações. -----

Presidente da AF - Informa que dão por encerrado este Ponto da O.T. e de imediato procedeu-se à votação. Afirma que acha desrespeitador chegar depois das 21.30 horas e entende que o



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

mesmo acontece ao sair da sala no momento que antecede as votações. De seguida passou-se à votação do Ponto 2 da O.T. “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano de 2024”, cujo resultado foi o seguinte: 10 votos a favor, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PS. 7 Abstenções, sendo 4 do PSD, 2 do BE e 1 do PAN. 2 votos contra sendo da CDU. Este Ponto foi aprovado. -----

Presidente da Junta – Afirma que gostava de se dirigir à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, agradecer em nome dos fregueses que vão poder apoiar com mais atividades e mais serviços, graças à confiança desta Assembleia. Lamenta que mais uma vez a CDU tenha votado contra esta União de Freguesias a este trabalho. Infelizmente para esta Freguesia têm a CDU neste ponto. -----

Presidente da AF – Informou que há uma declaração de voto da CDU. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que é só para lembrar ao Sr. Presidente da Junta que a CDU anunciou previamente qual seria o seu sentido de voto, explicou porquê e sempre que tem de dizer algo, di-lo frontalmente e lealmente. Não estão a trair ninguém, não estão a fazer nada que não seja aquilo que lhes compete. Olhar para a realidade e agir em função dela. -----

Presidente da AF – Relembra aos Srs. Deputados que a Assembleia está a ser transmitida. De seguida passou-se para o Ponto 3 da O.T. “Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência”. -----

Presidente da Junta – Disse que esta é a primeira revisão orçamental deste ano no sentido de enquadrar este excedente orçamental, porque este Executivo tem como objetivo fazer duas grandes obras. Uma delas é o Miminho, que está num terreno municipal, mas o equipamento é da Junta. Existe neste momento conversações com o Sr. Presidente da Câmara para lhes fazer uma cedência do direito de superfície sobre o espaço do Miminho, talvez a Junta conseguisse arranjar orçamento para fazer um novo pré-fabricado ou então arranjar uma IPSS que concorresse ao PRR nesse sentido de abrir uma nova Creche. Têm já há algum tempo, tenho proposto um Museu no edifício de São Nicolau. Parece-lhes que aquele edifício merece um elevador e janelas novas. Mas como os Srs. Deputados devem compreender, neste momento o preço da reabilitação está muito caro e nesse sentido têm de continuar a trabalhar conforme têm feito, em aumentar as respostas à população, mas ao mesmo tempo têm poupado dinheiro. Podiam gastar o dinheiro todo, mas existe a intenção deste Executivo, desde o início, de poupar dinheiro, para chegar a um ponto de conseguir fazer estas obras. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirma que como disse há pouco, a CDU olha para a realidade e age em conformidade e aquilo que lhes é proposto aqui em que o dinheiro que não foi utilizado em 2024 como deveria, pretende-se utilizar agora para reforçar um investimento numa área em que a CDU desde o início destacou que deveria de haver investimento, que são os equipamentos para as crianças, pois neste caso será a Creche Miminho. Nesse sentido, vem informar que vão acompanhar esta proposta da Junta. -----

Presidente da AF – Aproveita para informar que não existem mais inscrições para intervir. De imediato procedeu-se à votação do Ponto 3 da O.T. “Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência”, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

Presidente da Junta – Afirma que tem de tirar proveito do momento glorioso deste Executivo, de aprovar por unanimidade uma Revisão Orçamental. Agradece a toda a Assembleia o voto de confiança. Informa que é magnífico trabalhar assim. Afirma que os Srs. Deputados estão a aprender o que é trabalhar. -----

Presidente da AF – O Sr. Presidente da Junta deve aceitar as críticas como bem acolhe os votos de confiança. Passou-se ao Ponto 4 da O.T. “Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias”. Perguntou não Sr. Presidente da Junta se



pretendia intervir, tendo o próprio declinado o convite. De seguida deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para ler um documento sobre a Apreciação do Inventário, o qual fica anexo a esta Ata com o nº 5, alertando que teria sido útil um texto de enquadramento que permitisse esclarecer as alterações ocorridas, bem como fornecida uma versão digital, e que a identificação dos itens deveria ser mais precisa e clara, sugerindo ainda a elaboração de um Regulamento Interno de Inventário e Cadastro do Património -----

Presidente da AF – Como não houve mais inscrições, passou-se ao Ponto 5 da O.T. “Apreciação e Votação da nomeação do representante da União de Freguesias na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto-Occidental”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Pede á Assembleia que aprove a nomeação de uma técnica superior, que também é psicóloga da Junta. Acha que é a pessoa mais capaz de fazer esta proximidade ao CPCJ para acompanhar as crianças e situações vulneráveis e como tal propõe a Dra. Raquel Seixas. -----

Presidente da AF – Perguntou se alguém queria intervir, como ninguém se inscreveu, passou para a votação em voto secreto do nome proposto, Dra. Raquel Seixas, para representante da União de Freguesias na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Porto-Occidental. O resultado da votação foi o seguinte: Aprovada por Unanimidade. Aproveitou para agradecer a participação. Parabeniza a Dr.ª Raquel Seixas e felicita-a pela expressão do resultado de votação obtido. Atribuindo-lhe esta missão difícil, de bem representar esta União de Freguesias na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Porto Occidental. -----

Presidente da AF – Deu início ao Ponto 6: “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de dezembro de 2024 a 15 de março de 2025”. -----

Presidente da Junta – Disse que em relação ao ponto dois na apreciação do ano 2024 salienta que lhe faltou referir quando falam em atividades desenvolvidas por outras instituições, e que a junta tira partido, refere que na verdade a Junta faz com que as coisas aconteçam, e que para outras entidades fazerem essas atividades o presidente ou alguém do executivo teve de fazer um protocolo para que tal aconteça. E como exemplo a escola Arvore deu workshops na sala de informática, que foi montada com o material informático que foi renovado no atendimento e foi montada uma sala onde era antigamente a biblioteca das coisas. É uma sala de informática com cursos e workshops para dar início a um projeto, tipo uma mini universidade sénior, com a escola da Árvore e o Centro qualifica a equivalência do 9º ano a muitos Séniores da União de Freguesias. E para essa atividade acontecer foram necessários os motoristas da junta levar as pessoas até à dita sala e no final recolher essas mesmas pessoas. E isso é uma atividade desenvolvida por outra entidade, mas com a colaboração da Junta. Há também Inglês para Séniores. E a Junta vai aumentar as aulas quer presencial quer online. Será a primeira Junta na cidade a ter aulas de Inglês online. Mais uma vez na frente. -----

Natacha Meunier (PAN) – Relativamente à informação prestada pelo Senhor Presidente e correndo o risco de cair em repetição disse que mais uma vez o PAN acha que a informação continua a ser vaga e pouco concreta e nomeadamente sobre o seguimento que é dado das reuniões e tem por exemplo reuniões com moradores ou com associações ou com fregueses. Mais do que listar essas reuniões seria uma mais-valia e para uma análise daquilo que é a atividade trimestral e saber qual o seguimento que é dado e também qual a intervenção do executivo e da junta. Seria uma mais-valia para ser possível dar o escrutínio que essa informação fosse mais detalhada. Sobre o bem-estar e proteção animal, acha que o gabinete do animal é um passo bastante pequeno. Fica aquém do plano plurianual que foi aprovado em

Asssembleia. Mais do que um gabinete era efetivamente haver um plano concertado daquilo que é a execução da Junta para o bem-estar animal. Tal como foi proposto no estatuto de direito de oposição por exemplo isenção de taxas aos canídeos para os fregueses que adotem animais através de associações de proteção animal da freguesia. E infelizmente essa opção não foi tomada. No entanto continua a existir isenção de taxas para animais utilizados em investigação científica e fins militares. -----

Presidente da Junta – Informou que muitas dessas propostas são efetuadas pelo Município do Porto através da CROA, e se a Junta de Freguesia o fizer estaria a duplicar. Sobre as taxas é competência da Assembleia e teria de ser em Assembleia para reduzir. E quando decidir trazer irá trazer. O PAN tem de entender que foi este executivo que ganhou as eleições, e embora não isente as taxas em contrapartida oferece workshops a quem tiver cão ou gato inscrito na Junta. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que era mais uma desinformação praticamente inútil, já anteriormente explicado o porquê. Pede esclarecimentos em relação as habituais ocorrências mencionadas na página 33 da informação da atividade desenvolvida pela autarquia, onde a Junta se limita a comunicar aos serviços camarários ou outros para corrigirem situações e surge como um conjunto de quatro ocorrências envolvendo cidadãos em situação de sem abrigo, não se percebe o propósito de classificar como ocorrência. Pede ma clarificação nesta matéria. Também na página 37 é listado espaços situados em três freguesias que estão cedidos a quatro entidades. Mas na página 22 do Relatório que foi hoje apreciado refere que à data de 31 de dezembro de 2024 havia espaços em cinco freguesias, cedidos a dez entidades. Excluindo o Rancho Douro Litoral que deixou as instalações em 25 de outubro de 2024, solicita que o Executivo esclareça o que aconteceu às restantes cinco entidades, concretamente o Ceramista; o Exército; o Impactu, a C.A.S.A. e a Entreatajuda. Solicita também que informe sobre o ponto da situação do prédio sito no Largo São João Novo, se vai manter a candidatura ao PRR ou não, pois não ficou claro. Para finalizar deixa uma nota de que continua a faltar protocolos no site e continua a faltar minutas das atas. A leitura deste documento fica anexado a esta Ata com o nº 6. -----

Presidente da Junta – Informou que a referência em ocorrências de sem abrigo, foi devido aos moradores pedirem à Junta apoio porque havia pessoas em situação de sem abrigo a ocupar espaços dos moradores e a Junta fez o contacto com a Câmara Municipal do Porto e com a ação social para tentar resolver essa situação. Quanto às Associações em falta, o Exército falou com o executivo demonstrando intenção de sair do sítio onde estavam, o Entreatajuda e o Impactu mantem-se. O modusdever e o Rancho Douro Litoral saíram e entrou a D.R.A.M.A.S e a HUELLATINA. Sobre o prédio São João Novo, foi mantida a candidatura, se o prédio for vendido, não podem comprar, mas se não for e a Junta tiver a sorte de ser eleita iram manter a candidatura tal como mantem a candidatura para o prédio no Largo Tito Fontes. -----

Presidente da AF – Dá por concluído o Ponto 6 “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de dezembro de 2024 a 15 de março de 2025” -----

Presidente da AF – Informou que conforme acordado na Assembleia anterior, entrou-se no ponto 6 da O.T. da Assembleia de 23/04/2025: “Aditamento ao Contrato de Cedência Temporária nº 303, celebrado com o Município do Porto, referente ao r/c do prédio sito na Rua de São Pedro de Miragaia, nºs 10 e 12 e celebração e contrato de parceria com a Associação D.R.A.M.A.S.” -----

Presidente da Junta – Começou por pedir desculpa a toda a Assembleia e a compreensão. Foi elaborado o documento e enviado à Associação para verificar se estava em conformidade, mas

não tiveram feedback e não foi possível perceber se o número de contribuinte era o certo ou não. Pede desculpa pelo lapso. Agradeceu ao Sr. Deputado Vítor Vieira por ver as virgulas todas e agradecer com sinceridade. Era ter mais atenção aos pontos e aos contribuintes. -----

Vítor Vieira (CDU) – Disse que a CDU age em conformidade, não está por arrufos ou elogios. São os factos. Sobre esta proposta disse que visa a cedência de um espaço em Miragaia que é pertença do Município, alugado desde 2011 à Junta de Freguesia e com o seu consentimento expresso mediante alteração do contrato interadministrativo vigente à Associação Dramas Duque da Ribeira – Associação Memória Altruísmo e Solidariedade com o numero identificação fiscal 515550744 com o louvável objetivo de honrar e divulgar a memória de Diocleciano Monteiro, “Duque da Ribeira” residente de Miragaia até ao seu falecimento. Ao contrário de situações similares anteriores, neste caso a proposta inclui uma cláusula, a número 4, que obriga a entidade a pagar despesas correntes. Em anterior sessão a CDU rejeitou apreciar o assunto porquanto, apesar de a Junta dispor de meios adequados para evitar quaisquer problemas, nomeadamente no plano jurídico, havia um erro crasso no documento, sendo indicado o NIF: 518349233, que corresponde a uma Associação / Companhia de Teatro sediada em Oeiras, a “100 Dramas Associação Cultural”, fundada em 2024, que poderia ter sido prejudicada por esse erro de identificação. Por esse motivo entende que até a Junta deveria informar a entidade sobre o caso, apresentando um pedido de desculpa formal. Normalizada a situação após a intervenção da CDU, com a retirada da proposta e sua correção. A CDU acompanha a proposta dados os seus méritos, e endereça à Associação D.R.A.M.A.S. votos de bom trabalho. Declaração de voto anexa a esta Ata com o nº 7. -----

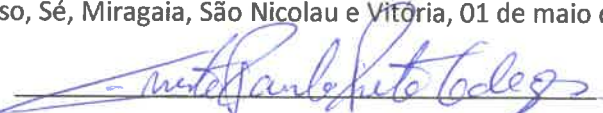
18

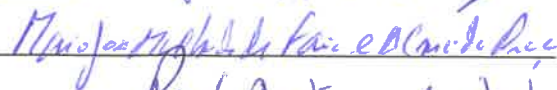
Presidente da AF – Como mais ninguém quis intervir, deu por finalizada esta ponto procedendo à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

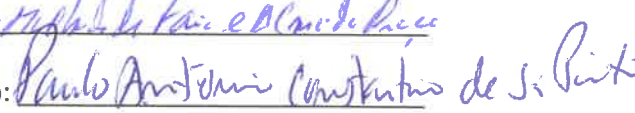
Presidente da Junta – Disse que quando este executivo pegou na União de Freguesias tinha uma casa muito desarrumada, tinham sete assistentes sociais e algumas delas muito descontentes, muito tristes. Entretanto duas foram reformadas e outras duas foram em mobilidade. Ficaram três, duas assistentes sociais e uma psicóloga. Hoje houve uma reunião e ele parabenizou as três. Estão a fazer um excelente trabalho, cada uma delas em seu território com a sua função, uma tem o Banco Social e as juntas do lado baixo, outra tem Santo Ildefonso e outra tem Cedofeita. Estão a trabalhar muito bem, super contentes e dedicadas, e hoje deu-lhes os parabéns e quis partilhar com esta Assembleia. -----

Presidente da AF – Informa que a Assembleia terminou. De imediato informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser aprovada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----
Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 01 de maio de 2025, pelas 00,25 horas. ----

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário em exercício: 

(Paulo António Constantino de Sá Pinto)

CDU - Coligação Democrática Unitária**PCP-PEV****Saudação ao 25 de Abril****e ao 1º Maio- Dia Internacional do Trabalhador**

Considerando que:

- Comemorar a Revolução do 25 de Abril implica celebrar o acto corajoso dos capitães de Abril que, nessa madrugada, abriu as portas à Liberdade e à Democracia, e cujas realizações, valores e ideais não só permanecem na memória e no coração do povo, como são um guia para a ação na construção de um Portugal mais justo e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.
- O 25 de Abril de 1974 constituiu uma realização da vontade popular, uma afirmação de liberdade, emancipação social e independência nacional, que pôs fim a 48 anos de ditadura e conduziu a profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais no nosso País.
- Foi a Revolução de Abril que instaurou as liberdades e a democracia, o direito de associação e de manifestação, de constituição de partidos políticos, o sufrágio universal e direto, a liberdade sindical, o direito à greve, à contratação e negociação colectivas, que promoveu a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, criando o salário mínimo nacional; o aumento dos salários reais, das reformas e das pensões mínimas, a criação do Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito, o alargamento e melhoria da segurança social, o direito ao ensino e à educação. Estes são apenas alguns exemplos das conquistas de Abril! Avanços alcançados com intensa luta que devemos comemorar e relembrar!
- Cumprir Abril é reafirmar os seus valores em cada dia de trabalho e luta. A cidade do Porto tem agora um monumento que assinalará para sempre os 50 anos do 25 de Abril e a necessidade de se fazer “Cumprir Abril”, com um mural de azulejos assim

11/1/14



CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



titulado, na Trindade, oferecido à cidade pelo PCP e em cuja elaboração participaram mais de 1000 pessoas a partir da concepção artística e coordenação de Miguel Januário, um artista portuense entre tantos outros que participaram, o que por si só é também um motivo de orgulho para o Porto e os portuenses.

- Assinalar e celebrar esta data passa também por afirmar a necessidade de políticas que dignifiquem o trabalho e os trabalhadores e forneçam resposta aos problemas do povo e do País, que cumpram a Constituição da República Portuguesa, que respeitem o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares, repondo a proximidade, participação, representatividade e vontade popular, agora que passam 50 anos do primeiro acto eleitoral democrático, universal e livre.

- A imensa participação vivenciada com alegria e tranquilidade nas celebrações do 25 de Abril deste ano, quer no Porto, quer em Lisboa, quer um pouco por todo o país, demonstraram claramente que o projecto de Abril está bem vivo e carece de cumprimento.

- O primeiro 1º de Maio em Liberdade, logo em 1974, constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril e continuou, ao longo dos anos, a ser um momento de defesa da Constituição da República Portuguesa, a afirmação de que é possível avançar na conquista de mais direitos para os trabalhadores e para o povo, de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, de combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões, e de lutar pela efectivação dos direitos individuais e colectivos. Um dia onde não se pode esquecer a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedades mais justas e solidárias.



Assinalamos estas datas em tempos difíceis e de retrocesso social, com políticas orientadas para o lucro e para a exploração, esquecendo muitas vezes os direitos dos trabalhadores tão duramente conquistados. Tempos marcados por uma situação internacional instável e perigosa e onde a luta pela Paz se torna cada vez mais importante e decisiva para todos os povos do mundo.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau, Miragaia e Vitória, reunida a 30 de abril de 2025, delibera:

1. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base duma política que serve Portugal e os portugueses;
2. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização em todos os seus planos, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
3. Convidar todos os portuenses a visitar o Mural de azulejos “Cumprir Abril” na Trindade e que contribui para afirmar os valores democráticos e solidários que fazem parte da identidade da população do Porto e da própria cidade;
4. Saudar todos os que participaram, no Porto e em todo o país, nas Comemorações do 25 de Abril, em que se comemorou também o 50º aniversário das primeiras eleições livres e universais.
5. Apelar à participação de todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população no 1º de Maio, afirmando a importância da defesa das conquistas laborais e os valores de Abril no presente e no futuro.

/CDU: 30 de abril de 2025

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Voto de Protesto

A Cidade e o Município do Porto foram surpreendidos pela notícia que dá conta da venda, por parte da Diocese do Porto, de um conjunto de três prédios de quatro pisos pertencentes à Diocese do Porto e localizados na freguesia de Miragaia, e de um Bairro constituído por um conjunto de 15 habitações na zona das Eirinhas, na freguesia do Bonfim.

Todas essas habitações terão sido alienadas com recurso a um mecanismo de permuta, com a contrapartida do recebimento de um fogo em construção; mas os moradores afectados não foram consultados sobre este processo de permuta, não podendo, assim, apresentar qualquer proposta alternativa que lhes permitisse adquirir as casas onde moram, muitos deles, há muitas dezenas de anos, causando-lhes, naturalmente, muita preocupação, dado que, expectavelmente, o novo proprietário dos fogos pretende rentabilizar os mesmos, o que poderá significar o seu despejo.

Esta actuação da Diocese do Porto ocorre apesar de saber da disponibilidade do Município do Porto para intervir nestas situações, designadamente através do instrumento legal de “direito de preferência”, adquirindo património habitado cujos proprietários o pretendem alienar, salvaguardando desse modo a habitação dos seus moradores, designadamente quando estes são económica e socialmente mais desfavorecidos.

Não só a Diocese nada comunicou sobre as suas intenções, como ainda o senhor Bispo do Porto, em resposta a interpelação do senhor Presidente da Câmara, nada esclareceu, fazendo temer que outros processos de alienação semelhantes estejam em curso.

Paul



Dado que estas alienações põem em causa o direito à habitação de dezenas de pessoas económica e socialmente desfavorecidas, a venda das mesmas ao Município do Porto poderia até ter possibilitado melhores condições económicas para a Diocese do Porto, face aos contornos do negócio que tem vindo a ser divulgados e não desmentidos.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau, Miragaia e Vitória, reunida a 30 de abril de 2025, delibera:

1. Manifestar à Diocese do Porto a sua indignação pelo facto de esta ter procedido a um contrato de permuta de prédios de que era proprietária em Miragaia e de um Bairro na zona das Eirinhas, Bonfim, pondo em causa o direito à habitação dos seus moradores, sem antes ter comunicado à Câmara Municipal do Porto esta sua intenção, permitindo-lhe intervir no processo, salvaguardando esse direito e até possivelmente assegurando melhores condições económicas face àquelas que foram anunciadas publicamente no quadro daquela permuta;
2. Recomendar à Câmara Municipal do Porto que desenvolva todos os esforços no sentido de reunir com o Senhor Bispo do Porto para lhe transmitir a disponibilidade do Município para analisar as possibilidades de exercício do “direito de preferência” (ou de outros mecanismos legais) no caso de futuras alienações de património localizado na Cidade do Porto e pertencente à sua Diocese.
3. Enviar este Voto à Diocese do Porto e à Câmara Municipal, bem como dar dele conhecimento ao Núncio Apostólico em Portugal.

/CDU: 30 de abril de 2025



1 - Eleição de Vogal

Com esta, é a décima segunda vez que é apresentada uma proposta do senhor Presidente da Junta para eleger um sétimo membro do seu grupo (“AhP/Rui Moreira”) para o Executivo, apesar de apenas ter recebido 6 mandatos em 2021, assim procurando esse grupo, novamente, “ganhar na secretaria” o mandato que os eleitores lhe recusaram em Setembro de 2021, quando perdeu um terço da votação recebida em 2017 e 2013.

As 11 propostas anteriores sempre receberam apenas 6 votos num universo de 19, o que não permite a eleição.

A CDU continua a considerar que tal eleição, mesmo que ocorresse, não teria suporte legal, reiterando o entendimento de que se continua a aplicar o raciocínio vertido em Parecer de 2021 da CCDR-N e em Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de Janeiro de 2023: quem só obteve 6 eleitos não pode ter 7 mandatos.

Lembramos ainda que em Parecer de Novembro de 2023 a CCDR-N concluiu que “o executivo da Junta de Freguesia só poderá funcionar se tiver a totalidade dos vogais previstos” na Lei; e que tal conclusão se mantém válida, mesmo após o “esclarecimento adicional” que a CCDR-N emitiu em Março de 2024 sobre aquele Parecer, “esclarecimento” esse de que discordamos e que sempre necessitaria, se aplicado, de apreciação judicial, pois entendemos que um Parecer da CCDR-N não se pode sobrepor a jurisprudência firmada por Tribunal superior, como é alegado.

Acresce que, como recordamos em 19 de Janeiro passado, a eleita do PSD que renunciou ao lugar no Executivo, em 2023, não mais desempenhou funções apesar de a isso estar legalmente obrigada, e faltou a um número de reuniões de Junta que inevitavelmente deveriam conduzir à declaração judicial da perda do seu mandato - algo que ainda não aconteceu, apesar de o senhor Presidente da Junta ter afirmado que iria finalmente cumprir a Lei.

Assim, **a CDU novamente recusa participar nesta votação aberrante.**

/CDU: 30 de abril de 2025



2 - Prestação de Contas 2024

O debate sobre a Conta de Gerência é, e deve ser um dos mais altos momentos de debate sobre a vida política duma autarquia, uma vez que reflecte a situação sócio-económica, bem como demonstra se os compromissos assumidos pelo executivo foram ou não concretizados.

A Conta de Gerência que hoje apreciamos reflecte, naturalmente, o orçamento e as opções assumidas de quem as elaborou e, como se vê, cumpre. Mas atenção: não cumpre as contas ou o rigor, cumpre as opções.

Porém, não é possível levar a sério um documento que nas primeiras 22 páginas parece um mero resumo das informações periódicas, felizmente sem a habitual transcrição da agenda dos membros do Executivo. E estrategicamente “esquecendo” uma das maiores bandeiras aqui levantadas e que a CDU denunciou como mera propaganda: a questão do imóvel do Largo de S.João Novo.

Passa depois, até à página 41, a ser apresentado um “Relatório de Gestão” muito palavroso mas que na verdade diz pouco, embora demonstre que se fez também pouco. Claro que haverá sempre a defesa de que “não se fez porque não houve Fundos Comunitários”, como é dito na mesma página. Mas a verdade é que... não se fez.

E não se fez, sobretudo, nas Receitas de Capital, já que as Receitas Correntes, pelo seu carácter absolutamente expectável, teriam sempre percentagens de concretização superiores a 90%, o que é normal.

Mas uma Receita de Capital em que se previa arrecadar 136.500€ e afinal se arrecada zero, já não é sequer um mau resultado, é um péssimo resultado, que naturalmente influencia as possibilidades de actuação: se em termos de Despesa Corrente se observa igualmente uma normal e expectável concretização de 87,67%, já a Despesa de Capital fica-se por uns meros 7,44%, apenas possível por ter havido alguma Poupança Corrente. E não se entende que o Saldo de Gerência suba 32 mil euros, de 180 mil para 212 mil. São 212 mil euros que poderiam ter sido aplicados, e não foram - quase 10% do Orçamento.



Estranha-se ainda que as verbas transferidas da DGAL e da AT que se observam na página 54 sejam comprovadas por Certidões anexadas nas páginas 99 e 100, mas que a verba transferida da CMP não seja acompanhada da competente e habitual certidão de receita, que terá sido de 1.090.661,95€ como se lê na dita página 54.

Mas deixemos estes números e passemos aos do Plano de Actividades, nas páginas 69 e 70.

Ali se constata que o nível de execução em 2024 é inferior a um terço do previsto: 31,84%. E isso deve-se em muito à execução dos componentes de Cultura e Religião, Desporto, Recreio e Lazer, já que os resultados são mais modestos no Ensino e Acção Social. Voltando um pouco atrás, à página 58, verifica-se que a “fatia de leão” do investimento se operou no edifício em que nos encontramos e que, não sendo a sede oficial, é a sede administrativa, e muito por força da participação na obra geral de conservação levada a efeito pelo condomínio.

A falta de informação adequada é outro elemento factual. Há pedidos de informação que legalmente deviam ser respondidos em um mês, mas que estão há mais de 800 dias sem resposta. Dos 18 pedidos que a CDU apresentou desde meados de 2023 só 4 foram respondidos, e de forma evasiva.

É óbvio que o tratamento de favor recebido da actual maioria municipal, nomeadamente com a “invenção” de receitas que nunca haviam existido, aliado a uma intervenção muito mediatizada mas pouco realizadora, terá permitido equilibrar as más contas que anteriores executivos da mesma e de outras forças políticas haviam deixado. Normal, já que desde 2015 até agora a Junta recebeu do Município 8.531.322€, e estima-se que receba este ano pelo menos mais 828.371€, como se lê na página 142.

Mas esse facto não invalida que globalmente a apreciação que a CDU faz é negativa. E por isso votará contra esta Conta de Gerência e respectivo Relatório.

/CDU: 30 de abril de 2025



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alto' and 'Mandac'.

4 - Apreciação do Inventário

Sendo claro que esta Assembleia se limita a apreciar o documento, sem o votar, não deixamos de entender que há questões que carecem de uma nota de alerta.

Desde logo, teria sido útil um texto de enquadramento mais claro e sucinto, que em vez de se perder em designações técnicas permitisse esclarecer que um determinado número de itens foi abatido, e de que forma, que se registou um certo número de aquisições, e porquê, e de que forma se procedeu a uma correcção de valores devida a amortizações ou reavaliações.

Igualmente útil seria que fosse concedido acesso a uma versão digital, em que se pudesse filtrar devidamente a informação pretendida. Assim, fica a saber-se apenas que foram abatidos bens que teriam entre 6 e 13 anos. É pouco.

Por outro lado gostaríamos de ter a certeza de que a identificação dos itens nele constantes está devidamente feita, com identificadores cujo suporte material permita afrontar a passagem do tempo sem deterioração significativa, e que a localização dos itens se encontra devidamente inscrita e é clara para quem consulta o documento.

E deixamos até a sugestão de que possa vir a ser elaborado um Regulamento Interno de Inventário e Cadastro do Património, que inclua um planeamento de acções periódicas para manter a fiabilidade dos dados.

Handwritten signature in blue ink.

/CDU: 30 de abril de 2025



6 - Informação periódica

Esta é mais uma (des)Informação praticamente inútil. Já explicamos porquê anteriormente, e assim não perderemos agora tempo com isso.

Apesar disso, algumas coisas precisam de esclarecimento.

Na página 33 listam-se as habituais “ocorrências” em que a Junta se limita a comunicar aos serviços camarários ou outros, para que corrijam as situações; e surge agora um conjunto de 4 “ocorrências” envolvendo “cidadãos em situação de sem abrigo”, não se entendendo a que propósito se classifica como “ocorrência”. Solicitamos uma clarificação sobre esta matéria.

Por outro lado, na página 37 listam-se espaços situados em 3 freguesias que estão cedidos a 4 entidades. Ora, na página 22 do Relatório que hoje apreciamos referia-se que à data de 31 de Dezembro de 2024 havia espaços em 5 freguesias, cedidos a 10 entidades.

Excluindo o RDL, que deixou as instalações em 25.10.2024, solicitamos que o Executivo esclareça o que aconteceu às restantes 5 entidades, concretamente o Ceramista, o Exército, o “Impact’u”, a “C.A.S.A.” e a “Entrajuda”.

E solicitamos ainda que informe sobre o ponto de situação do prédio sito no Largo de S.João Novo.

Por último, deixamos a nota de que continuam a faltar protocolos no site, e que continuam a faltar minutos de atas.

/CDU: 30 de abril de 2025



7 - Cedência temporária de espaço municipal à “Associação D.R.A.M.A.S.”

Declaração de Voto

Esta proposta visa a cedência de um espaço em Miragaia, pertença do Município - alugado desde pelo menos 2011 à Junta de Freguesia, e com o seu consentimento expresso mediante alteração do Contrato Interadministrativo vigente - à Associação **“D.R.A.M.A.S., Duque da Ribeira, Associação Memória, Altruísmo e Solidariedade”**, com o NIF **515550744**, com um louvável objectivo: honrar e divulgar a memória de Deocleciano Monteiro, o “Duque da Ribeira”, residente de Miragaia até ao seu falecimento.

Ao contrário de situações similares anteriores, neste caso a proposta inclui uma cláusula, a 4ª, que obriga a entidade a pagar as despesas correntes.

Em anterior sessão a CDU rejeitou apreciar o assunto porquanto, apesar de a Junta dispôr de meios adequados para evitar quaisquer problemas, nomeadamente no plano jurídico, havia um erro crasso no documento, sendo indicado o NIF **518349233**, correspondente a uma Associação / Companhia de Teatro sediada em Oeiras, a **“100 Dramas Associação Cultural”**, fundada em 2024, que poderia ter sido prejudicada por esse erro de identificação. Por esse motivo entendemos até que a Junta deveria informar a entidade sobre o caso, apresentando um pedido formal de desculpas.

Normalizada a situação após a nossa intervenção, com a retirada da proposta e sua correcção, a CDU naturalmente acompanha a proposta dados os seus méritos, e endereça à Associação D.R.A.M.A.S. votos de bom trabalho.

/CDU: 30 de abril de 2025